

## **ATA N.º 2/2018**

No dia 21 de Fevereiro de 2018, pelas 9 horas e 44 minutos, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Professor Doutor Pedro Romano Martinez, tendo estado presentes os seguintes membros:

### **Membros Docentes:**

Professor Doutora Paula Vaz Freire

Professora Doutora Raquel Brízida Castro

Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Dr. Gonçalo Fabião, em substituição do Professor Doutor Miguel Moura e Silva

### **Membros não Docentes**

Senhora D. Conceição Feiteiro

Dr. Bertolino Campaniço

### **Membros Discentes**

Dr. Pedro Gonçalo Farmhouse

Rodrigo Gonçalves

Doutor Tiago Carneiro

Adolfo Rafael

Também participou na reunião, nos termos estatutários e regimentais, a Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno e o Presidente da AAFDL, Gonçalo Martins Santos.

1. Sobre o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, foi solicitado o envio por email das correções/aditamentos/alterações a introduzir no projeto de Ata da reunião do Conselho Académico de 31 de Janeiro de 2018.

2. A propósito do ponto 2 da Ordem de Trabalho, referente à análise do período de exames do 1.º semestre, intervieram o Diretor, Professor Doutor Pedro Romano Martinez, a Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno, os representantes dos alunos, Doutor Tiago Carneiro, Adolfo Rafael e o Presidente da AAFDL.

O Dr. Bertolino Campaniço explicou que o novo regulamento de avaliação implicou um aumento considerável de todos os processos na DAC, tendo, designadamente, duplicado os pedidos de fotocópias de exames escritos.

A Professora Cláudia Madaleno informou que a Divisão Académico, com grande acréscimo de trabalho, se tem esforçado por notificar os docentes, ao 8.º e 10.º dias, do prazo da correção dos exames escritos e da necessidade de cumprimento do mesmo. Alertou, contudo, para a dificuldade do processo, uma vez que pressupõe a contabilização das presenças nos exames, não sendo suficiente a pauta utilizada na chamada. Não obstante a verificação de casos pontuais de incumprimento, considerou que, no geral, os prazos regulamentares foram cumpridos.

O representante dos alunos, Adolfo Rafael solicitou à Diretora Executiva uma lista dos exames entregues corrigidos fora do prazo e do número de orais realizadas já na época de recurso. A este respeito, a Diretora Executiva lembrou que essa situação pode ser gerada por coincidências de exames dos alunos.

Perante a enumeração de situações hipotéticas, o Diretor alertou para a necessidade de os representantes dos alunos se referirem a casos concretos, por forma a serem resolvidos ou a sua ocorrência justificada.

O Presidente da AAFDL considerou que muitas das situações verificadas ficam a dever-se a “situações penosas”. Na sua opinião, os funcionários da Divisão Académica não têm conhecimento do regulamento de avaliação ou prestam informações erradas a seu respeito, tendo apelado à necessidade de ser prestada

melhor informação aos alunos.

A propósito das situações em que o aluno tem oral de passagem agendada para data posterior ao exame de recurso, decidiu o órgão solicitar ao Conselho Pedagógico que tomasse uma posição sobre qual das provas deveria o aluno realizar.

3. Sobre o ponto 3, alínea a), da Ordem de Trabalhos, atinente ao Início do 2.º Semestre, constituição das subturmas, intervieram o Professor Doutor Pedro Romano Martinez, a Professora Doutora Cláudia Madaleno, a Professora Doutora Paula Vaz Freire, o Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, o Dr. Gonçalo Fabião, o Dr. Bertolino Campaniço e os representantes dos alunos, Rodrigo Gonçalves, o Dr. Pedro Farmhouse.

Foi referido que foi criada uma subturma adicional nas cadeiras de Direito das Obrigações II e Direito das Sucessões, na Turma B do 2.º ano. Foram ainda feitos ajustamentos nos horários, em virtude da criação de mais subturmas à noite, em Direito Internacional Privado e em Direito Processual Civil III (4.º ano), uma vez que existiam subturmas com mais de 40 alunos.

Houve consenso no sentido da necessidade de manter um critério objetivo para a criação de novas subturmas e para o número limite de alunos inscritos em cada subturma, incluindo alunos repetentes. Alertou-se para o facto de muitos alunos se inscreverem várias vezes na mesma cadeira, apenas para garantir a vaga, sem que vão às aulas. Havendo o entendimento unânime de que as questões envolvidas carecem de solução normativa, foi sugerida, pela Professora Doutora Paula Vaz Freire, a adoção de uma proposta do Conselho Académico para apresentar ao Conselho Pedagógico.

Ainda neste ponto, a propósito da alteração de método B para método A prevista no artigo 12.º do Regulamento de Avaliação, foi decidido manter o limite de 50 alunos por subturma, com vista a garantir o direito à avaliação contínua.

4. No que se refere ao ponto 3.b) da Ordem de Trabalhos, referente ao Calendário Escolar, intervieram o Diretor, a Diretora Executiva, o Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, o Dr. Gonçalo Fabião, o Dr. Pedro Farmhouse e o Presidente da AAFDL.

O Conselho Académico tomou conhecimento da deliberação do Conselho Pedagógico relativa ao calendário das Frequências do 2.º semestre (14 de Maio a 30 de Maio), na sequência da repristinação do anterior Regulamento de Avaliação, e considerou que a mesma devia ser acolhida.

A Diretora Executiva informou que as reuniões com os alunos com vista à marcação dos exames do 1.º Ciclo terão lugar na primeira semana de Março. O Presidente da AAFDL solicitou o alargamento da Ordem de Trabalhos dessas reuniões à definição do calendário dos exames dos Mestrados.

5. Quanto ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos, relativo à Sala de Estudo, intervieram o Diretor, a D. Conceição Feiteiro, os representantes dos discentes, Doutor Tiago Carneiro, Dr. Pedro Farmhouse, Rodrigo Gonçalves e o Presidente da AAFDL.

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez informou que, em vez da Sala de Estudo, poderia estar aberto o Anfiteatro 6, durante a noite, atento ao número de alunos fora do período de exames e por questões de segurança. Mas, na falta de tais informações, mantém-se a abertura da Sala de estudo durante o período noturno. Será, no entanto, solicitado à empresa de segurança o número de alunos, por forma a sustentar quaisquer decisões neste contexto. A sala 12.09 continuará a poder ser usada para trabalhos de grupo.

O Diretor informou também que a Biblioteca vai continuar aberta ao sábado. De acordo com a lista fornecida, são cerca de 200 os utilizadores da Biblioteca ao sábado.

6. A propósito do ponto 5 da OT, o Conselho Académico congratulou-se e aprovou, por unanimidade, um voto de louvor pela vitória da equipa da Faculdade na Final Regional do *European Law Moot Court*, que decorreu de 8 a 11 de Fevereiro, em Belgrado.

7. No que respeita ao ponto 6 da OT, referente aos Concursos de Pessoal não Docente, intervieram a Diretora Executiva e a D. Conceição Feiteiro.

A Diretora Executiva informou que vão ser lançados os procedimentos com vista à contratação de:

- a) 1 Assistente Operacional  
Prestação de apoio às aulas em horário intermédio entre os turnos de dia e noite.
- b) 4 Assistentes Técnicos  
GERI  
Comunicação  
Manutenção  
Gabinete de Apoio ao Estudante – Saídas Profissionais
- c) 4 Técnicos Superiores  
DAC – Núcleo de Planeamento e Gestão Académica  
GERI  
NGRH  
GAG – jurista para prestação de apoio à Direção e ao NGFP
- d) 1 Chefe de Divisão Académica

No que se refere à regularização dos vínculos precários, a Diretora Executiva fez o ponto da situação. A Comissão de Avaliação apreciou todos os requerimentos dos colaboradores da Faculdade, sendo que dos 10 apreciados, 5 preenchem os requisitos exigidos, pelo que a Faculdade cumprirá os respetivos direitos à abertura de concurso. A D. Conceição Feiteiro suscitou algumas dúvidas sobre os critérios aplicados pela Direção quanto à definição das necessidades permanentes



de serviço, tendo manifestado a sua convicção de que, a partir de agora, os Bolseiros de Investigação e de Mérito deixarão de desempenhar necessidades permanentes de serviço. Em especial, defendeu que o bolseiro a prestar funções no serviço de informática deverá ser considerado precário, tendo por base, nesta opinião, as tarefas que conhecia serem prestadas pelo bolseiro, nomeadamente quando os RH comunicavam ao serviço de informática precisarem de ajuda para resolver problemas que surgiam. Na maioria das vezes, era o bolseiro que ia resolver esses problemas, bem como fazer atualização de programas.

Referiu ainda a importância da abertura de concurso para Chefe de Divisão da Biblioteca, considerando a necessidade da Biblioteca ser mais pro-activa e também tendo em conta a extensão da Biblioteca, cujas obras estariam para breve. Também quis que ficasse expresso o esforço dos colegas que prestam funções na Biblioteca e que têm feito sempre o seu melhor. A este propósito, a Direção informou que a proposta não foi ali colocada por falta de cabimento de verba, tendo sido aprovado que o procedimento concursal deveria ser aberto até final do ano.

8. No ponto 7 da Ordem de Trabalhos foram feitas sugestões de modificação ao projeto de regulamento de apoio ao pagamento de propinas, tendo ficado acordado que até à próxima reunião se procuraria uma versão final.

9. No ponto 9 foi referida a conveniência de os alunos acompanharem as obras da Faculdade, tendo sido designado para esse efeito o Dr. Pedro Farmhouse e um representante da AAFDL, a indicar pelo respetivo Presidente.

10. Finalmente, a propósito dos outros assuntos, o Dr. Pedro Farmhouse lembrou a necessidade de atualizar a Página da FDUL quanto à nova composição dos órgãos e de publicar regularmente as convocatórias e atas de todas as reuniões.

Ficou agendada a próxima reunião para o dia 7 de março, às 14h30.



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 11h30.

**O Presidente do Conselho Académico**

(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

**A Secretária**

(Professora Doutora Raquel Brízida Castro)